


**Petróleo Brasileiro S.A.**  
 CNPJ Nº 33.000.167/0001-01 — Companhia Aberta

 MINISTÉRIO DE  
 MINAS E ENERGIA


## Informações complementares sobre Interesse Público – Lei 13.303/16 (não auditado)

Em atendimento às exigências de divulgação de dados sobre as atividades que, observados os requisitos do artigo 3º do Estatuto Social da Petrobras, estão relacionadas à consecução dos fins de interesse público em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, resumimos a seguir os compromissos vigentes no ano de 2018:

I – PPT – Programa Prioritário de Termelétricidade

O Programa, instituído pelo Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro de 2000, visou à implantação de usinas termelétricas. Estas usinas, integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade, fazem jus a suprimento de gás natural por um prazo de até 20 anos, com preço pré-estabelecido e reajustado pela inflação americana. O suprimento de gás para as usinas no âmbito deste programa, em 2019, gerou receitas de aproximadamente R\$ 1.235 e custos de R\$ 2.341, resultado este custeado pelo orçamento da companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a companhia possuía contratos nessa modalidade com duas usinas e com uma terceira usina o fornecimento de gás natural ocorre por força de mandado judicial.

II – CONPET – Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

O Programa, instituído por meio do Decreto de 18 de julho de 1991, visa promover o desenvolvimento de uma cultura antidesperdício no uso dos recursos naturais não renováveis. Participamos também do Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), em parceria com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que visa estimular a produção e a utilização de aparelhos que utilizam gás; além de outras tratativas para elaboração de convênios com entidades para fins de monitoramento e orientação quanto a emissões veiculares. Em 2019, os custos associados ao CONPET, custeados pelo orçamento da companhia, foram considerados imateriais.

## Conselho de Administração e Diretoria Executiva

Eduardo Bacellar Leal Ferreira  
**Presidente**

Roberto Castello Branco  
**Conselheiro**

Nivio Ziviani  
**Conselheiro**

Marcelo Mesquita de Siqueira Filho  
**Conselheiro**

Ana Lúcia Poças Zambelli  
**Conselheira**

João Cox Neto  
**Conselheiro**

Sonia Julia Sulzbeck Villalobos  
**Conselheira**

Danilo Ferreira da Silva  
**Conselheiro**

Walter Mendes de Oliveira Filho  
**Conselheiro**

## Diretoria Executiva

Roberto Castello Branco  
**Presidente**

Andrea Marques de Almeida  
**Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores**

Anelise Quintão Lara  
**Diretora Executiva de Refino e Gás Natural**

Carlos Alberto Pereira De Oliveira  
**Diretor Executivo de Exploração e Produção**

Eberaldo De Almeida Neto  
**Diretor Executivo de Assuntos Corporativos**

Roberto Furian Ardenghy  
**Diretor Executivo de Relacionamento Institucional**

Rudimar Andreis Lorenzatto  
**Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção**

Marcelo Barbosa De Castro Zenkner  
**Diretor Executivo de Governança e Conformidade**

Nicolás Simone  
**Diretor Executivo de Transformação Digital e Inovação**

Rodrigo Araujo Alves

Contador-Crc-Rj-115.881/O-3

## Orçamento de Capital

O Orçamento de Capital para 2020 da Petróleo Brasileiro S.A. contempla investimentos totais de R\$ 39.414 milhões (trinta e nove bilhões, quatrocentos e quatorze milhões de reais), dos quais R\$ 31.045 milhões (trinta e um bilhões, quarenta e cinco milhões) destinam-se ao segmento de Exploração & Produção, R\$ 6.234 milhões (seis bilhões, duzentos e trinta e quatro milhões) ao RGN (segmentos de RTC, G&E) e R\$ 2.135 milhões (dois bilhões e cento e trinta e cinco milhões) ao Segmento Corporativo.

O valor previsto para orçamento de capital será atendido exclusivamente por recursos próprios oriundos das operações da Companhia.

Desta forma, com base no artigo 196, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976 (alterada pela Lei nº 9.457, de 05.05.1997), referendado pela Lei nº 10.303/2001, o Conselho de Administração da PETROBRAS está propondo a esta Assembleia Geral Ordinária, com parecer favorável do Conselho Fiscal, a aprovação do Orçamento de Capital para 2020, no montante de R\$ 39.414 milhões (trinta e nove bilhões, quatrocentos e quatorze milhões de reais).

## Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida República do Chile, 65, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob nº 33.000.167/0001-01, declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da lei ou do estatuto social e que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Petrobras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2020.

**Roberto Castello Branco**

Presidente

**Andrea Marques de Almeida**

Diretora Executiva Financeira e de Relacionamento com Investidores

**Anelise Quintão Lara**

Diretora Executiva de Refino e Gás Natural

**Carlos Alberto Pereira de Oliveira**

Diretor Executivo de Exploração e Produção

**Eberaldo de Almeida Neto**

Diretor Executivo de Assuntos Corporativos

**Roberto Furian Ardenghy**

Diretor Executivo de Relacionamento Institucional

**Rudimar Andreis Lorenzatto**

Diretor Executivo de Desenvolvimento da Produção

**Marcelo Barbosa de Castro Zenkner**

Diretor Executivo de Governança e Conformidade

**Nicolás Simone**

Diretor Executivo de Transformação Digital e Inovação

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**Ao Conselho de Administração e Acionistas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.**

Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### 1 – Mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde

Conforme Nota Explicativa nº 18 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Principal assunto de auditoria

A Companhia patrocina planos de pensão com benefício definido e planos de saúde que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.

A determinação da obrigação atuarial dos planos de pensão e saúde é dependente, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. Tais premissas incluem a taxa de desconto e os custos médicos projetados. A Companhia contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo da obrigação dos planos de pensão e de saúde.

Consideramos a determinação da mensuração da obrigação atuarial dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter na obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de mensuração do passivo atuarial, incluindo controles relacionados com a preparação, revisão e aprovação das premissas de taxa de desconto e custos médicos projetados;
- avaliação do escopo, competência e objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na definição da estimativa de obrigação atuarial dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; e
- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, das premissas como taxa de desconto e custos médicos projetados, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do passivo atuarial é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### 2 – Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção

Conforme Nota Explicativa nº 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

#### Principal assunto de auditoria

Para a redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment") imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas como: preço médio do petróleo (Brent), taxa de câmbio (Real/Dólar), gastos capitalizáveis ("CAPEX"), gastos operacionais ("OPEX"), e estimativas de volume e prazo de recuperação das reservas de petróleo e gás, bem como a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa.

A definição das UGCs de exploração e produção considera fatores operacionais que impactam a interdependência entre os ativos de petróleo e gás e, conseqüentemente, altera a agregação ou segregação de áreas de exploração e produção dentro das UGCs.

Devido ao grau de complexidade e subjetividade na definição das UGC's de exploração e produção, e na determinação das premissas usadas nos fluxos de caixa futuros esperados em cada UGC, consideramos esse como um principal assunto de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- testes de efetividade de certos controles internos associados ao processo de determinação do valor recuperável dos ativos da unidade geradora de caixa de exploração e produção, incluindo controles relacionados com a revisão e aprovação na determinação das UGCs, e das premissas-chave utilizadas na estimativa do valor recuperável;
- avaliação das alterações nas UGCs de exploração e produção durante o exercício, incluindo a análise dos fatores operacionais considerados pela Companhia para as alterações, e a comparação com dados obtidos de fontes internas e externas;
- avaliamos a determinação da estimativa de volumes de recuperação das reservas de petróleo e gás, comparando com os volumes certificados por especialista externo contratado pela Companhia e com dados históricos de produção;
- avaliamos o CAPEX e OPEX utilizados da projeção de fluxo de caixa comparando o mesmo com o último plano de negócios aprovado da Companhia, e seus orçamentos de longo prazo; e
- avaliamos a habilidade da Companhia na preparação dos fluxos de caixa, comparando as projeções de fluxos de caixa anteriores com o resultado real do fluxo de caixa da Companhia para o exercício findo em 2019;
- com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas-chave utilizadas no teste de impairment como a taxa de desconto, o preço futuro do petróleo e gás natural e as taxas de câmbio, comparando-as com fontes de mercado externas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores recuperáveis para as UGCs de exploração e produção são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.